



ANGOLA

Terminam em fracasso as negociações de paz em Abidjan

Após 40 dias de reuniões, encerraram-se no dia 21 de maio as negociações de paz em Abidjan sem que o governo de Angola e a Unita tenham chegado a um acordo. O movimento rebelde de Savimbi não aceitou os termos do protocolo que os mediadores – Estados Unidos, Rússia e Portugal – haviam apresentado. O item básico, a retirada das tropas da Unita das cidades – que consta das resoluções do Conselho de Segurança da ONU –, não foi aceito pelo líder dos rebeldes.

Resta agora a Margareth Anstee, representante do secretário geral da ONU para Angola e tenaz defensora de um acordo de paz, apresentar seu relatório a Boutros-Gali. O secretário geral recomendará depois ao Conselho de Segurança da ONU quais as medidas a aplicar em relação ao caso angolano. Essas medidas poderão incluir sanções contra a Unita, considerada a

principal responsável pelo malogro das negociações. Há, porém, a chance de que seja oferecida mais uma oportunidade aos dois beligerantes para que cheguem a um acordo.

Percebendo o risco das sanções e já sentindo um ainda maior isolamento internacional, a Unita vem se pronunciando a favor de um "rápido recomeço das conversações de paz", que, segundo o seu porta-voz, poderiam ocorrer "dentro de duas ou três semanas". Ela insiste, contudo, em não abandonar o controle da sua capital, Huambo, nem das demais cidades e povoações que conquistou militarmente. O governo angolano respondeu que só voltará à mesa de negociações depois de obter garantias de que a Unita desistirá desse controle. Até lá, o que vai prevalecer é a guerra.

Na frente diplomática, o governo

de José Eduardo dos Santos espera ganhar um triunfo importante: o reconhecimento do governo angolano pela África do Sul. Depois de ultrapassadas várias etapas de negociações, os ministros das Relações Exteriores dos dois países, Venâncio de Moura e "Pik" Botha, vão se encontrar no próximo dia 6 de junho em Windhoek, capital da Namíbia.

O governo de Luanda pretende também se aproximar do presidente da República portuguesa, Mário Soares, tido como favorável à Unita, posição diferente da do primeiro-ministro Cavaco Silva. A Presidência de Angola pretende convidar Mário Soares a visitar Luanda para, em breve, "ultrapassar alguns mal-entendidos entre as duas partes", segundo fonte angolana. Mário Soares teria sugerido a Clinton que atrasasse o reconhecimento de Angola.

José Maria Nunes Pereira

ÁFRICA DO SUL

- Nova África do Sul tem de ter lugar para todos (Pág. 3)
- Violência persiste (Pág. 3)
- ANC e autodeterminação (Pág. 3)
- ANC abre mão do Estado unitário (Pág. 3)
- Violência mata 13 (Pág. 4)

MOÇAMBIQUE

- Moçambique teme bandos paramilitares (Pág. 5)
- O regresso a casa (Pág. 6)
- Militares descontentes (Pág. 7)
- Buollosa recupera refinaria (Pág. 7)

NESTA EDIÇÃO

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

- Governo sobrevive com dissolução no horizonte (Pág. 6)

ÁFRICA

- Os irmãos americanos (Pág. 8)

ANGOLA

- A síndrome de Abidjan (Pág. 8)
- Em Angola fui pago pela CIA (Pág. 9-10)

- Iminente reconhecimento americano (Pág. 11)
- EUA reconhecem governo angolano (Pág. 11)
- Soares lacônico quanto a Angola (Pág. 11)
- Unita pede mais dois dias em Abidjan (Pág. 12)
- Trunfo no baralho angolano (Pág. 13)
- 'Segunda independência' em Luanda (Pág. 13)
- A guerra vai continuar em Angola (Pág. 14)
- Bipolarização é obstáculo (Pág. 14)

ANGOLA

No rescaldo do reconhecimento americano

Na linha dos comentários feitos em *Notícias Africanas* nº 12, confirma-se o desejo norte-americano de dar uma virada na sua política africana. Como assinalou recentemente *The Washington Post*, "Clinton deu mais um passo no sentido de afastar os Estados Unidos das atitudes da guerra fria, que durante décadas moldou a política externa norte-americana".

O correspondente em Nova Iorque do semanário português *Expresso*, Tony Jenkins, alinhou uma série de fatos que corroboram um renovado interesse americano pela África subsaariana. Um dos sinais dessa nova atitude foi o fato invulgar de ser o próprio presidente da República a anunciar o reconhecimento de Angola e não, como seria de esperar, o secretário de Estado, Warren Christopher.

Jenkins, depois de anunciar que Sam Nujoma, presidente da República da Namíbia, será

recebido na Casa Branca em 16 de junho – sendo o primeiro chefe de Estado a ser recebido por Clinton –, sublinhou que os Estados Unidos tomavam uma medida sem precedentes: deixar, sob comando estrangeiro, cinco mil soldados na Somália fazendo parte da força de manutenção de paz da ONU.

Nessa linha de mudança da política africana dos Estados Unidos, acrescente-se mais dois fatos. O primeiro foi a realização neste mês de maio, no Departamento do Estado, de uma reunião tripartite com dirigentes franceses e belgas, a fim de estudar uma solução para a crise do Zaire, onde o ditador Mobutu mantém o país à beira do caos.

O segundo fato, ainda em maio, foi o primeiro discurso público de Tony Lake, conselheiro para a segurança nacional de Clinton, tendo como tema a África. "Não foi uma escolha acidental", afirmou. "A África ocupa lugar muito especial no meu trabalho

e nos meus sentimentos". Lake é um reconhecido africanista, oriundo da vida acadêmica. Ele prometeu um relacionamento "inteiramente novo" entre Washington e o continente africano, e explicou que ao ajudar as novas democracias na África estaria contribuindo para evitar crises como a da Bósnia, acrescentando que há também fatores estratégicos: "dentro de 10 ou 20 anos poderemos colher frutos econômicos e comerciais de um mercado aberto em África e manter com ele relações estreitas".

Vendo o reconhecimento americano do lado angolano, soubemos que ele suscitou em Luanda grande entusiasmo popular que, como é do feitio da cidade, redundou em festa. Mas houve quem considerasse que se esse reconhecimento tivesse sido feito logo após as eleições, como prometido, possivelmente Angola não teria mergulhado numa nova guerra que, em pouco mais de seis meses, já causou perto de 20 mil mortos.

D E B A T E

15-6-93

SEGUNDA-FEIRA

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS

DEMOCRATIZAÇÃO: OS CAMINHOS DA PAZ E PROCESSO ELEITORAL EM ANGOLA

ADRIANO PARREIRA: Embaixador de Angola na Bélgica e CEE

ANTONIO DA COSTA FERNANDES: Embaixador de Angola no Reino Unido

INFORMAÇÕES PELO TELEFONE 531-2000, RAMAL 259

Esse receio tem-se traduzido na sua falta de cooperação com o processo de paz, o que tem criado dificuldades à criação de estruturas em áreas marcadamente rurais. O facto dos chefes tribais não terem sido envolvidos, através das suas estruturas representativas, nas negociações que conduziram à assinatura do Acordo Nacional de Paz tem-se revelado um erro político de custos elevados, dado que atrasou consideravelmente a sua sensibilização para um apoio explícito à causa da paz.

A atitude ambígua assumida durante algum tempo pelo ANC relativamente aos «amakhosi» contribuiu igualmente para aumentar as suspeitas iniciais que estes manifestavam relativamente aos objectivos do processo de paz.

O papel dos observadores

Os observadores internacionais começaram a chegar à África do Sul em Setembro do ano passado e as quatro missões de observadores (ONU, CE, OUA e Commonwealth) atingiram a sua máxima força e começaram a trabalhar conjuntamente em Novembro do ano passado.

A sua função é cooperar e reforçar as estruturas do Acordo de Paz e, nesse sentido, trabalhar estreitamente não só com o Secretariado Nacional de Paz mas também com as estruturas regionais e locais. São eles que monitoram funerais e manifestações, assistem e, por vezes, participam activamente nas reuniões dos co-

Continuação da pág. 3

'Nova' África do Sul tem de ter lugar para todos

mités locais e regionais de paz, têm reuniões periódicas com a Polícia sul-africana e têm-se envolvido crescentemente em operações de mediação no terreno, destinadas a criar e reforçar as estruturas do acordo de paz. Após seis meses de actuação, torna-se já patente que o nível de violência política no país não decresceu significativamente mas a presença dos observadores teve um claro impacto no que diz respeito à redução de incidentes, a uma actuação mais imparcial da polícia, ao maior envolvimento dos sectores da comunidade negra no processo de paz e à informação dos centros políticos mundiais quanto ao que ocorre na África do Sul.

No quadro do sistema legal e jurídico da África do Sul sente-se, em certas áreas, a necessidade de mudança, que pode ser facilitada através duma maior cooperação com o mundo exterior. Áreas importantes não só do Acordo de Paz como também do sistema judicial sul-africano estão, neste momento, sujeitas a intenso escrutínio público: a lei da fiança e a extrema facilidade com que a mesma é concedida; a reduzida aplicação de programas de protecção de testemunhas, apesar dos mesmos estarem legalmente previstos; a não criação dos tribunais criminais especiais, previstos no Acordo de Paz, destinados a acelerar o

processamento judicial dos crimes de violência política; a não nomeação de juizes (independentes) de paz, apesar de tal estar igualmente previsto. Por último, uma análise técnico-jurídica das eventuais implicações da suspensão da aplicação da pena e morte na África do Sul poderia conduzir à confirmação de que tal decisão não provocou um aumento significativo da violência e que eventuais efeitos adversos são negligenciáveis face aos benefícios políticos decorrentes daquela medida.

A missão de observadores da Comunidade Europeia em África, ECOMSA, começou em 29 Outubro de 1992 e será previsivelmente prolongada até à realização de eleições. Trata-se da segunda missão de observadores organizada pela CE, sendo a primeira fora da Europa.

A criação deste tipo de missões, operacionais e constantemente presentes nas zonas de conflito, constitui um importante instrumento de influência e comunicação para a Comunidade naquelas áreas de tensão, concretizando em termos práticos os objectivos definidos no âmbito da permanente cooperação política existente entre os «Doze».

A cooperação existente no terreno entre diplomatas, polícias e militares dos países-membros é um importante

indicador do caminho a seguir para uma maior integração, que passará inevitavelmente pela criação, a nível comunitário, de instrumentos operacionais destinados a ajudar a resolver problemas concretos em áreas de conflito.

O processo de paz sul-africano será longo e não terminará com a realização de eleições e a eventual partida dos observadores internacionais. É um processo que demorará anos e que passa por uma intensificação do diálogo e consulta entre todas as comunidades sul-africanas e pelo consequente melhor conhecimento mútuo, que conduzirá inevitavelmente a um aumento da confiança.

Os líderes das principais forças políticas têm revelado publicamente a consciência de que a «nova» África do Sul tem de ter lugar para todos, sem exclusão de raças ou comunidades. Para que isso aconteça é necessário que essas forças sacrifiquem alguns dos seus objectivos partidários em favor do objectivo da reconciliação nacional — e há bons sinais nesse sentido.

É também necessário um empenhamento ainda maior dos líderes dessas forças no reforço do processo de paz, que será mais visível para o mundo exterior a partir do momento em que eles aceitem participar conjuntamente em comícios de paz, transmitindo claramente às bases a mensagem de que é preciso ultrapassar as divergências e rivalidades do passado e trabalhar conjuntamente no futuro. * *Diplomata português, observador da CE na África do Sul*

África do Sul Violência mata 13

PÚBLICO, 23 5 93

PELO MENOS 13 sul-africanos foram ontem mortos nos arredores de Joanesburgo quando os habitantes de um lar para trabalhadores abriram fogo sobre um desfile de simpatizantes do ANC e negros em cólera atacaram guardas brancos, matando dois.

Um operador de televisão contou que a polícia informou de que os dois brancos haviam sido mortos depois de atacados por uma multidão de 200 pessoas do acampamento de Phola Park, na sequência do abate a tiro de quatro

gros, um deles pela própria polícia, na vizinha localidade de Thokoza. E mais tarde sabia-se que o número total de vítimas já ia em 13, sendo este um dos mais graves incidentes das últimas semanas.

Um terceiro guarda branco foi ferido no ataque, exemplo da explosão de ódio racial que só a custo tem vindo a ser contida na África do Sul, depois de oficialmente desmantelado o sistema de "apartheid" que prevaleceu durante mais de 40 anos.

A violência em Thokoza surgiu depois de simpatizantes do ANC, muitos deles armados com lanças e paus, terem começado uma troca de insultos com os trabalhadores — essencialmente zulus — de um albergue existente na região.

O fotógrafo Juda Ngwenya, da agência Reuter, disse que depois da violência nas imediações do albergue de trabalhadores migrantes a polícia abateu a tiro um militante do ANC armado com uma espingarda de assalto AK-47.

"O homem estava a tentar disparar contra a polícia" — afirmou Ngwenya, segundo o qual as forças de segurança recorreram a gás lacrimogénico e a tiros de chumbo para tentar dispersar grupos de jovens furiosos que se manifestavam por causa de problemas laborais.

A polícia que escoltava o manifestante perdeu o controlo quando eles tentaram obrigar a retroceder um pequeno grupo de trabalhadores zulus que havia saído ao seu

encontro, na velha rivalidade existente entre os simpatizantes do chefe tradicional Mangosuthu Buthelezi e os seguidores de Nelson Mandela.

Um porta-voz do ANC, Carl Niehaus, convidou a polícia a tentar deter os responsáveis pelos assassinios.

Entretanto, na província do Natal, o líder daquele movimento, Nelson Mandela, declarou estar a haver grande progresso nas conversações multipartidárias que vão em breve marcar uma data para as eleições da Assembleia Constituinte.

Com efeito, espera-se que no início de Junho as primeiras eleições multirraciais da África do Sul possam ser anunciadas para daqui a 11 meses. ■

Moçambique teme bandos paramilitares

Do mesmo modo César Candeia e Alfredo Cunha foram ao Maputo

Ninguém aceita que Angola se repita em Moçambique, mas também ninguém se atreve a considerar o contrário como dado adquirido, enquanto não houver no país forças armadas desligadas de partidos. Ou seja, enquanto os dois exércitos, da Frelimo e do Renamo, não forem desarmados e desmobilizados e enquanto subsistirem grupos paramilitares sobre os quais nem Governo nem Renamo têm controlo. É por causa dos últimos que existem temores do aparecimento de uma terceira força.

PÚBLICO, 16.5.93

Na província da Zambézia ainda actuam grupos armados que ninguém controla. São os "naparamas", uma criação da Frelimo. Depois, há o exército de Alfai Gimo, um dissidente da Renamo conhecido por Gimo Phiri. Tem com ele perto de dois mil guerrilheiros. Ambos os grupos ficaram arredados dos acordos de Roma. Os dirigentes da Renamo têm falado insistentemente na necessidade de "desmantelar os naparamas" e sugerem o mesmo em relação aos guerrilheiros de Gimo Phiri. No entanto, nem Renamo nem Frelimo se mostraram até agora abertas a tê-los como interlocutores seja do que for.

Depois da assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma, em Outubro do ano passado, Gimo Phiri fez saber ao Governo e à Renamo que estava interessado em integrar o seu exército nas forças armadas nacionais e participar no processo de paz ao abrigo dos acordos de Roma. Até agora, Frelimo e Renamo não se mostraram disponíveis e por isso começou-se a temer que aparecesse, no terreno, aquilo que em Moçambique já se designa por "uma terceira força".

Os receios são justificados. Na actual situação do país, com dificuldades de toda a ordem e a economia de rastos, sabe-se como é fácil engrossar as fileiras de Phiri com as legiões de descontentes, empurrados pelo desemprego e pela fome.

Embora Gimo Phiri diga que pretende associar-se à tarefa de reconstrução do país, como formação política disposta a disputar o poder, também afirma que não vai desarmar os seus homens sem lhe darem garantias ou contrapartidas. Por enquanto, espera pela evolução de todo o processo de paz e os seus homens estão parados, tanto quanto faz constar, "à espera de ordens".

Entre os observadores da ONU a existência desta força armada, a par dos grupos "naparamas", representa um grande risco. Gimo Phiri já fez apelos a Joaquim Chissano pa-

ra obter condições para a sua organização funcionar como partido político. Até isso estar assegurado, "os seus homens vão manter-se armados, nos montes Namúli".

Direitos iguais

O que a Frelimo e a Renamo não parecem aceitar são as propostas constantemente sugeridas pelas formações partidárias surgidas à margem do Acordo Geral de Paz. Consta do Protocolo III do Acordo de Roma que "a Comissão Nacional de Eleições tem de garantir, sem discriminação, a todos os partidos concorrentes às eleições, os subsídios e o apoio logístico para campanha eleitoral, em função do número de candidatos por cada partido".

Mas, até agora, o Governo ainda não fez a legislação regulamentadora para que o conteúdo do protocolo se torne efectivo. O mesmo acontece com o acordo entre a ONU e o Governo que visa proporcionar à primeira suficiente liberdade de movimentos para concretizar os acordos.

As queixas dos capacetes azuis quanto a este ponto são frequentes. Dão conta de vários episódios em que a comunidade internacional, além de prestar auxílio, ainda tem de pagar para o fazer. Tem acontecido assim com bens alimentares e equipamentos. O caso mais caricato foi quando a força italiana facultou helicópteros para fazer a descarga de um navio e depois os serviços aduaneiros apresentaram uma factura de milhares de dólares por cada aterragem no porto. "É de loucos", diziam os oficiais que se encarregaram da operação.

Como Moisés

Apesar de todos estes incidentes, há optimismo quanto a manter as armas caladas. A campanha política, tanto de um lado como do outro, já co-

meçou e as acusações mútuas que se ouve acabam por constituir um dado animador.

A Renamo acusa a Frelimo de ter destruído e humilhado o poder tradicional, os régulos. Manuel Pereira, o delegado da Renamo na província de Sofala não perdeu tempo. Convocou um comício onde juntou mais de cinco mil pessoas e convidou todos os régulos da região. "Vamos reabilitar os régulos porque eles são quem melhor conhece o povo". Todos eles subiram à tribuna e desceram de lá com um emblema da Renamo pregado ao peito e um "cartão de militante honorário" — como lhe chamaram — no bolso.

Um dos régulos não se contentou e fez um discurso. Começou por dizer que Asonso Dhakama "foi enviado por Deus para salvar o povo moçambicano, tal como Moisés foi mandado por Deus para salvar o povo judeu". O silêncio respeitoso foi quebrado por um brado de alguém que, no meio da multidão, perguntou se "Dihakama teria sido salvo das águas do rio Pungué", tal como Moisés das águas do Nilo.

Rapidamente se retomou as acusações a alegadas arbitrariedades cometidas pela Frelimo. Foi referido que têm sido efectuadas prisões, que os serviços secretos do Governo actuam de forma a atemorizar as pessoas para que não se juntem à Renamo. Manuel Pereira chegou a dizer-se ameaçado e perseguido. No dia seguinte, era o chefe dos serviços secretos que publicava um comunicado que terminava desta forma: "Se lhe quiséssemos fazer mal, já o tínhamos morto há muito tempo. Ele ainda está vivo."

Certo é que as alusões ao poder do SISE — Serviço de Informações e Segurança do Estado são repetidas à boca pequena, com temor. O mesmo acontece em relação à transferência de milhares de militares para o corpo de polícia. Aí, a Renamo insiste em

que as forças policiais também integrem homens seus, proposta que não parece ser do agrado da Frelimo.

"Os que eram bandidos..."

O grande sucesso público da Renamo foi quando o delegado apresentou três militares do movimento: "Agora vou apresentar três homens. São os tipos a quem o Governo e a Frelimo chamava 'bandidos armados'. São oficiais da Renamo." Depois explicou que era com eles que se encontrava, para trocarem notícias e ordens de batalha. "Muitas vezes tivemos de nos encontrar no cemitério para escapar à vigilância da polícia secreta." Apontando os três militares, Manuel Pereira dizia que tinham sido eles quem salvara o país "do jugo comunista". O cortejo de acusações ao Governo era inesgotável. "A Renamo sempre respeitou a Igreja, coisa que a Frelimo não fez. Respeita os régulos, ao contrário da Frelimo."

"É verdade", dizia um militante da Renamo, antigo deputado por Moçambique à Assembleia Nacional em Lisboa, antes do 25 de Abril. Há espantosas curiosidades naquele comício. Um outro militante da Renamo falava dos tempos em que tinha sido guarda-costas de Samora Machel. Conversava com um outro que tinha sido um militar condecorado do Batalhão de Caçadores da Beira, das tropas portuguesas. "Com isto mostramos que não escorraçamos ninguém", dizia, orgulhoso, o delegado. "Muitos simpatizantes da Renamo foram mandados para campos de concentração só por quererem a liberdade, contra o regime marxista da Frelimo."

Naturalmente, Joaquim Chissano, nos seus discursos, encarregou-se de responder. "A Renamo roubou, matou inocentes, impediu as populações de circularem livremente pelo país." Mas, no final dos inflamados discursos, falava-se sempre de paz e, essa sim, era uma palavra longamente aplaudida, com palmas e tambores. ■

O REGRESSO A CASA

REFUGIADOS, DESLOCADOS E DESMOBILIZADOS

A desmobilização de militares é a chave do processo de paz em Moçambique. Mas, em simultâneo, há que pensar também na fixação dos deslocados internamente e do retorno dos refugiados nos países vizinhos. São cinco milhões de moçambicanos a necessitar de apoio.

● TERESA LIMA (texto) em Maputo e KOK NAM (fotos)

SÁBADO, 21-27 5 93

A situação de paz que se vive no país e a queda de chuvas regulares, pelo menos nas províncias do Norte e Sul, alteraram a orientação da assistência humanitária a um terço da população moçambicana.

Virados anteriormente para o programa de emergência, os apoios devem agora ser canalizados para a reabilitação e reconstrução da vida e das infra-estruturas básicas.

Neste sentido têm-se sucedido em todo o país debates multissetoriais, envolvendo a Comissão das Nações Unidas para a Assistência Humanitária, UNOHAC (integrada na ONUMOZ), as organizações não governamentais (ONG's) nacionais e estrangeiras, agências das Nações Unidas, o Governo e em muitos casos a RENAMO.

Nos próximos dias 8 e 9 de Junho terá lugar em Maputo mais uma Conferência de Doadores, presidida pelas Nações Unidas e pela Itália, com o objectivo de analisar e discutir a aplicação dos fundos prometidos na precedente conferência, realizada em Roma, em Dezembro do ano passado.

Dos 506 milhões necessários para o programa global de assistência humanitária, 403 milhões estão já assegurados, segundo revelou Sam Barnes, chefe da

unidade de avaliação e planificação do UNOHAC.

A questão agora é definir a colocação de tais fundos uma vez que se chegou à conclusão de que as necessidades em apoio alimentar diminuíram, dado que a produção agrícola deste ano é tida como satisfatória devido à queda de chuvas e ao clima de paz. Por outro lado existe consenso quanto à necessidade de se reduzir a dependência das populações em relação à ajuda alimentar, aproveitando-se, em simultâneo, os excedentes locais que vai provocar a redução na importação de comida. Fortes discussões estão a registar-se em torno da segunda vertente deste auxílio, nomeadamente na ajuda alimentar de mercado. Prevê-se para o período 93/94 uma ajuda em 700 mil toneladas de comida, das quais 300 mil se destinam à emergência e as restantes 400 mil para o mercado. Estes números representam uma redução drástica em relação ao ano passado que movimentou mais de um milhão de toneladas de alimentos.

No entanto, há que pensar seriamente no impacto que esta ajuda tem na economia moçambicana, criando mecanismos para incentivar a produção local e não o contrário, pois assistem-se já a situações de alerta. Por exemplo, o preço do milho

ao produtor diminuiu bastante em algumas províncias de Moçambique em virtude do mercado ter sido inundado por este cereal importado.

O apoio ao que se convencionou chamar de bens de socorro, como instrumentos agrícolas, sementes, panelas, sabão, mantas e materiais de construção assim como à reabilitação dos serviços básicos são prioridades para as quais devem agora ser canalizados grande parte dos dinheiros da comunidade doadora. Segundo Sam Barnes, os compromissos assumidos nesta área, até ao momento, são quase nulos, embora se tenha concluído sobre a necessidade de aumentar o apoio aos bens de socorro em paralelo com a diminuição da ajuda alimen-

Continua na pág. 7

São Tomé Governo sobrevive com dissolução no horizonte

PÚBLICO, 21 5 93

"OS DEPUTADOS que são a favor da votação secreta que levantem o braço." A estas palavras, proferidas pelo presidente da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, Leonel d'Alva, seguiu-se um breve silêncio, logo cortado por burburinhos na bancada do MLSTP. Acto contínuo, os deputados do antigo partido governamental

abandonavam em bloco o Parlamento, arrastando consigo a deputada do pequeno partido Codo e seis independentes.

Ao devolver ao plenário a competência para decidir sobre a modalidade de votação da moção de censura ao Governo, introduzida pelo MLSTP, o presidente da Assembleia procurava romper o prolongado impasse que se instalara, com a bancada do Partido da Convergência Democrática (PCD, governamental) a apoiar-se no regimento para propor que a votação se fizesse de braço no ar; e a oposição a defender o voto secreto.

O regimento apenas estabelece a obrigatoriedade de escrutínio secreto em caso de eleições para cargos uninominais, ou quando se trate de deliberações que, segundo o regimento ou o estatuto dos Deputados, de-

vam obedecer a essa norma.

Com 28 deputados num total de 55, era óbvio que a posição da bancada da maioria iria triunfar. E todos estavam mais ou menos de acordo: em votação aberta, a moção de censura seria derrotada, o que de facto veio a acontecer, por 28 votos contra e a abstenção do independente Agostinho Rita.

Foi a segunda vez que a oposição abandonou em bloco o Parlamento, protagonizando assim um "golpe de teatro". Ao contrário porém do que aconteceu em 1991, a decisão conjunta dos 19 deputados do MLSTP, de seis independentes e do único representante do Codo não deve ser vista como um acto isolado e sem consequências, pois que poderá ser o prelúdio para a eventual demissão do Governo e consequente dissolução do

Parlamento, com marcação de eleições gerais antecipadas.

Vinte e quatro horas antes, fontes muito bem colocadas davam conta de uma concertação entre os independentes — afectos na sua maioria ao Presidente da República, Miguel Trovoada — e o MLSTP, no sentido de abandonarem o Parlamento caso não conseguissem impor a votação secreta, na qual esperavam arrastar para o seu lado alguns dos deputados governamentais.

A retirada em bloco é considerada por alguns analistas locais uma encenação favorável à possível dissolução — a curto ou médio prazo — da Assembleia Nacional, para o que o Presidente Trovoada viria a chegar mau funcionamento da mesma. ■

Conceição Lima,
em São Tomé

Moçambique: militares descontentes

EXPRESSO, 22 5.93

O DESCONTENTAMENTO dos militares portugueses colocados em Moçambique com as condições das suas instalações levou alguns a falarem da possibilidade de pedirem o seu regresso se a situação não se alterasse, disse ao EXPRESSO o deputado socialista Vítor Caio Roque.

A polémica sobre a situação dos militares portugueses integrados nas forças de paz das Nações Unidas que se encontram em Moçambique — a ONUMOZ — foi despoletada por Caio Roque, num requerimento entregue na Assembleia da República, na passada quarta-feira, no qual pede explicações ao Governo sobre o assunto.

Caio Roque disse ao EXPRESSO que visitou a Matola (local nos arredores do Maputo onde está estacionada parte do Batalhão de Transmissões nº 4) depois de ter sido alertado por civis

portugueses para «a forma como os nossos homens estavam a ser tratados e instalados, sem as condições minimamente exigidas de higiene — sem água e com uma vala a céu aberto como instalação sanitária — e de segurança».

Para Caio Roque, o facto do Estado-Maior do Exército (EME) salientar que os militares portugueses estão sob o comando, direcção e apoio logístico da ONUMOZ, «é desculpa de mau pagador porque a responsabilidade é do Governo português».

O EME divulgou um comunicado, também na quarta-feira, onde afirma que «a responsabilidade de instalação e colocação das forças no terreno cabe integralmente às Nações Unidas» e que os portugueses estão instalados de forma idêntica à das forças dos outros cinco países que integram a ONUMOZ. Segundo uma fonte do Ministério da Defesa, só no início da semana é que a ONU definiu que as instalações da Matola eram definitivas, estando a ser agora criadas «melhores condições de habitabilidade».

Presentemente, integram a ONUMOZ 281 militares portugueses, localizados na Matola, Beira e Nampula.

Boullosa recupera refinaria

O EMPRESÁRIO Manuel Cordo Boullosa, pretende investir cerca de 120 milhões de dólares (aproximadamente 18,48 milhões de contos) na reactivação da refinaria de Maputo, em Moçambique, que poderia ficar operacional «em menos de um ano». Segundo revelou o empresário, o investimento seria efectivado através da Sonarep, a cujo grupo preside e que detém 55 por cento do capital da unidade moçambicana.

«A Sonarep, que eu represento e onde tenho presença forte, está em negociações com o Governo moçambicano em dois sentidos: ou receber de volta aquilo que nos nacionalizaram para reconstruirmos a refinaria, porque é interessante para a economia moçambicana; ou, se o Governo de Moçambique tiver outra ideia, pagar-nos uma indemnização», adiantou. Ora, nos termos de uma avaliação efectuada por um grupo francês para efeitos de seguros, à altura da nacionalização, só os valores da Sonarep foram estabelecidos em 88 milhões de dólares, que — segundo Boullosa — «traduzidos à moeda de hoje corresponderiam a 650 milhões de dólares» (cerca de 100,1 milhões de contos).

A Sonarep é proprietária das únicas instalações petrolíferas oceánicas existentes no país, em Porto Amélia (de onde se assegurava o transporte de combustíveis por barco entre a província da Beira e a região Norte), bem como de um conjunto de depósitos e outros activos

EXPRESSO, 22 5 93

Uma selecção criteriosa, precedida de comentários, de recortes das principais notícias sobre os países africanos de língua oficial portuguesa e da África Austral, publicadas em jornais e revistas internacionais



Continuação
da pág. 6

O REGRESSO A CASA

tar. No que respeita à agricultura, chave para a melhoria das condições de vida dos repatriados e deslocados, o problema-base está no "timing", pois se nos próximos dois meses os camponeses não tiverem disponíveis sementes e utensílios agrícolas, ficará seriamente comprometida a próxima campanha de cultivo. A reabilitação dos serviços sociais, como saúde e educação, é não só vital para o assentamento de deslocados e repatriados, mas igualmente para o regresso ao campo de milhares de camponeses que engrossaram a lista de desempregados nas periferias das cidades, devido à guerra e à seca e dos desmobilizados dos dois exércitos.

A reconstrução de estradas e pontes está a proceder-se um ritmo bastante lento porque se encontra condicionada ao processo de desminagem, o qual por sua vez está bloqueado por questões políticas. Nesta área, as Nações Unidas estão a pensar introduzir o esquema "comida

por trabalho", de forma a incentivar a população a participar na abertura e reconstrução de estradas.

Todos estes planos estão, em última análise comprometidos se a longo prazo não forem criados mecanismos de apoio institucional às autoridades locais para estas prosseguirem os programas iniciados quando as organizações de auxílio terminarem a sua tarefa.

Neste momento, centenas de refugiados estão a regressar ao país espontaneamente e fora de qualquer plano estabelecido e prevê-se que o ritmo aumente nos meses de Julho e Agosto. Mas até agora os refugiados têm sido, em termos de assistência, o grupo mais privilegiado, medindo-se pela mesma tabela os deslocados, cuja situação é deveras muito mais precária. O grande problema prende-se com a duplicação na contagem dos beneficiários da ajuda, quer nas "zonas" da RENAMO ou na restante parte do país.

Uma fonte da UNOHAC disse à Sábado que em alguns casos os números de beneficiários apresentados são superiores

à população total de um dado distrito.

A continuação do clima de relativa paz e segurança que se vive actualmente em Moçambique está, evidentemente, dependente do sucesso do processo de desmobilização dos 107 mil soldados e do apoio à sua reintegração na sociedade civil. No total, os programas de apoio vão abranger 370 mil pessoas, incluindo as famílias dos desmobilizados.

Como todo o calendário do processo de paz, também os prazos da desmobilização estão atrasados em vários meses. Contudo, não existem mais pretextos para enlavar este processo, uma vez que já se encontram em território moçambicano os dois terços de capacetes azuis exigidos pela RENAMO para iniciar a desmobilização dos dois exércitos. □

5500 "capacetes azuis" em Moçambique

A síndrome de Abidjan

Jorge Heitor*

A síndrome de Abidjan ou do diálogo impossível parece afectar irremediavelmente Moçambique, onde Governo e Renamo não mais se conseguem entender e todo o processo de estabelecimento de uma paz duradoura continua com longos meses de atraso.

Quanto mais se fala com os diversos actores do grande drama moçambicano, mais se fica com a convicção de que as eleições presidenciais e legislativas nunca serão antes do segundo semestre de 1994; pois que continuam por limar muitas arestas que existiam entre a Renamo e a Frelimo à da-

ta da assinatura do Acordo-Geral de Paz, em Roma, no mês de Outubro do ano passado.

Já se encontram no país 5524 dos perto de 8000 "capacetes azuis" prometidos pelas Nações Unidas, mas muita coisa falta ainda fazer para o funcionamento da "sólida democracia" preconizada naquele documento romano, que teve como testemunhas os presidentes do Zimbabwe e do Botswana.

A operação da ONU em Moçambique (Onumoz) informou já a Renamo de que alugou instalações em Maputo para os representantes que estão a ser necessários para o funcionamento das diversas comissões previstas no acordo de Roma. Mas o movimento liderado por Afonso Dhlakama continua a não saber ainda quando é que coloca dezenas dos seus homens no Hotel Cardoso, o segundo da cidade, disponibilizado para o efeito pelo multimilionário britânico Tiny Rowlands, director-geral da multinacional Lonhro.

Dar tempo ao tempo

Optimista, o responsável político pela Onumoz, o italiano Aldo Ajello, diz que estão reunidas as condições para se iniciar o processo de desmobilização das forças de um e outro dos antigos beligerantes e que já existem seis dos 10 milhões de dólares necessários para apoiar a transformação da Renamo em partido.

Entretanto, Dhlakama entende que as garantias específicas dadas no quinto protocolo do acordo de Roma lhe permitem uma administração própria nas zonas controladas pelo seu movimento e que abrangem uma grande parte do interior de Moçambique.

O que o documento diz é que "as instituições previstas pela Lei para o exercício da administração pública nas zonas controladas pela Renamo deverão fazer uso unicamente de cidadãos nela residentes, podendo estes ser membros da Renamo". E o relacionamento entre o Ministé-

rio da Administração Estatal e a administração de tais zonas será feito através de uma Comissão Nacional, que deveria ter entrado em funções há sete meses mas que está inactiva. Sempré devido à alegada falta de condições para que os quadros provenientes da Gorongosa se instalem na capital.

Há um mês esteve para se realizar uma cimeira entre o Presidente Joaquim Chissano e Afonso Dhlakama, de modo a aplinar os "caprichos" de que as duas partes mutuamente se acusam. Mas fonte da Renamo disse-nos ontem que a tal reunião de alto nível nunca será antes do fim de Junho, até porque para os próximos 18 dias o líder da "Resistência Nacional" tem programada uma viagem à Holanda, Suécia, Noruega, Dinamarca, Finlândia e, provavelmente, à sede da Comunidade Europeia, em Bruxelas.

Assim, na prática, mantém-se um Moçambique da Frelimo e outro da Renamo; tal como há uma Angola do MPLA e outra da UNITA, enquanto os povos, de um e outro lado, continuam à espera do triunfo da paz e da democracia.

* com João Ferraz, em Maputo

África da desgraça

Os irmãos americanos

PÚBLICO, 24 5 93

REVERENDO Jesse Jackson e a viúva de Martin Luther King, Coretta, são alguns dos muitos cidadãos dos Estados Unidos que desde ontem se encontram reunidos em Libreville, no Gabão, para a II Cimeira Afro-Americana.

Os presidentes da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe também se encontram entre as quatro mil pessoas que durante cinco dias vão estudar o apoio que os negros da América poderão dar aos seus irmãos que não chegaram a atravessar o Atlântico.

Há dois anos houve uma primeira reunião do género em Abidjan, mas passou quase despercebida.

Foi porventura tendo em conta o interesse que a comunidade negra norte-americana demonstra actualmente pelas desgraças do continente africano que o Presidente Bill Clinton recebeu já o arcebispo anglicano da Cidade do Cabo, Desmond Tutu, anunciou o reconhecimento de Angola e aceitou conceder em Junho uma audiência ao Chefe de Estado da Namíbia, Sam Nujoma.

A sida, a fome, a miséria, a dívida externa e outras imagens de marca patenteadas pe-

los povos da África serão ao longo destes dias debatidas entre os africanos e os descendentes dos antigos escravos, pois é possível que muitos negro-americanos queiram agora ter uma actividade extra-territorial.

Trinta anos

Isto acontece numa altura em que Washington dá alguns indícios de se poder interessar um pouco mais por certos problemas africanos do que aquilo que aconteceu durante as administrações de Reagan e de Bush.

Por outro lado, a cimeira de Libreville coincide com a celebração, amanhã, do "Dia de África", trigésimo aniversário da Organização de Unidade Africana (OUA), que a propósito está a organizar para o próximo mês uma reunião especial no Cairo.

Em 1963, quando surgiu, em Adis Abeba, sob os auspícios do imperador etíope, Haile Selassie, a OUA era para ser a corporização de todos os sonhos do continente: Angola, Moçambique, Zimbabwe, Namíbia e outros territórios enfim independentes, fim do apar-

theid, da colonização e das demais opressões...

Na verdade, praticamente toda a África já é hoje independente, o apartheid foi oficialmente desmantelado e retiraram-se os antigos colonos. Mas as velhas rivalidades tribais ressurgiram, foram travadas guerras civis e muitos dos novos administradores mostraram-se incapazes de dar o pão e a felicidade aos seus povos.

De Bissau a Kinshasa e de Luanda a Mogadíscio há hoje em dia muito africano a perguntar se realmente ganhou alguma coisa com a independência, pois que estes 30 anos têm sido — em grande parte dos casos — tempos de marasmo, de violência e de fome.

A indefinição quanto ao estatuto do Sara Ocidental, os separatismos no Casamansa e em

Cabinda, a opressão de animistas e cristãos sudaneses pelos seus compatriotas muçulmanos... são apenas alguns dos tantos e tantos problemas que se põem aos mais de 500 milhões de africanos, deixados para trás pelo desenvolvimento geral que o mundo conheceu desde o início dos anos 60.

Em todas as suas cimeiras anuais a OUA fala de cooperação económica, integração, estabilidade, segurança e outras coisas interessantes. Mas para muitos cépticos isso são apenas palavras, e mais palavras.

Se não acontecer realmente que os Estados Unidos queiram dar um apoio muito sério à resolução dos múltiplos problemas africanos, poderão passar ainda muitos anos antes que a África deixe de ser por excelência o continente da desgraça. ■ J.H.



Uma seleção criteriosa, precedida de comentários, de recortes das principais notícias sobre os países africanos de língua oficial portuguesa e da África Austral, publicadas em jornais e revistas internacionais

MEMÓRIAS

BOB DENARD, MERCENÁRIO DO SÉCULO

«Em Angola fui pago pela CIA»

A entrevista de Bob Denard aborda outras incursões suas como mercenário por vários países da África e de outros continentes. Por limitação de espaço, principalmente, selecionamos apenas os trechos em que toca mais de perto os países africanos de língua oficial portuguesa e da África Austral

EXPRESSO, 15 5 93

TEM uma bala na cabeça e é manco. É um dos mais célebres mercenários de todos os tempos. Aos 64 anos já tinha escolhido o caminho — as armas e a aventura. Bob Denard, de 64 anos de idade, tem uma folha de serviços fora de série.

Ao longo de 35 anos, este mercenário anticomunista esteve por detrás de golpes de Estado e efectuou operações — «sempre de acordo com os serviços franceses», sublinha — numa dezena de países: Catanga, Iémen, Zaire, Biafra, Curdistão, Comores, Angola (pago pela CIA para lutar ao lado de Savimbi), Benim, Chade... Combateu igualmente no Vietname, em Marrocos e na Indochina, e em 1956 participou numa tentativa de assassinio de Mendès-France, o primeiro-ministro socialista francês que aceitou retirar o seu país de uma Indochina incendiada pelos ventos da luta de libertação nacional.

Considera-se um patriota, e pessoas importantes dos serviços secretos, das Forças Armadas ou da política atestam que nunca traiu os interesses franceses. Terminou a sua carreira nas Comores, em 1989, quando a França — que sempre o apoiara — enviou vasos de guerra e três mil homens para o obrigar a sair da antiga colónia, onde pouco antes o Presidente Abdallah Abderemane, que Denard ajudara a tomar o poder, fora assassinado.

Regressou há poucos meses a França, onde foi julgado por associação de malfétores a propósito de um golpe de Estado abortado no Benim, em 1977. Esteve algum tempo na prisão, em Paris, mas os juízes foram indulgentes, e Denard já se encontra em liberdade.

A entrevista decorreu num salão do Grand Hotel, na Praça da Ópera, na capital francesa — um hotel onde ele, no passado, chegou a fazer audições de «voluntários» para algumas operações especiais em África. Anuncia que ainda não chegou a hora da reforma — e diz desejar, por exemplo, efectuar operações de ajuda humanitária...

EXPRESSO — Aborrece-o que o chame mercenário?

BOB DENARD — Não, já estou habituado. Se pensarmos um pouco na História, um mercenário é um

homem de armas que existe há pelo menos 15 séculos. Em França, desapareceu quando se instaurou o recrutamento para o serviço militar com a Primeira República, em 1789; até aí os soldados eram voluntários, profissionais. Nos anos 60, no momento da descolonização, baptizaram os voluntários como mercenários, o que eu acho ter subestimado um pouco o «métier»...

EXP. — Considera-se um soldado?

B.D. — Exacto. E prefiro a classificação de voluntário à de mercenário.

EXP. — Mas é um soldado pago, contratado quando é preciso.

B.D. — Os contratos só existiram no Congo Belga, actual Zaire. Depois nunca mais houve contratos.

EXP. — Só houve contrato para a operação no Catanga, em 1962?

B.D. — Para a operação no Catanga e, depois, no Congo, quando se verificou a revolta de 64/65.

EXP. — Como é que se passavam as coisas, com que tipo de compromisso, se não havia contratos?

B.D. — Eram contratos de honra, funcionava a palavra dada, não havia nada escrito.

EXP. — Tinha alguma base ideológica para aceitar as suas operações?

B.D. — Estive sempre em acordo com as autoridades francesas do momento e penso que agi mais como corsário do que como mercenário. Os corsários actuavam com «cartas» do rei, eu tinha «passaportes» da República.

EXP. — Mas a um determinado momento deixou de trabalhar para a França.

B.D. — Não é verdade. Estive sempre ligado à França.

EXP. — Em Angola, em 1976, trabalhou para a CIA, ao lado de Jonas Savimbi.

B.D. — Mesmo em Angola, estava em consonância com a França. Éramos financiados pela CIA, mas foram os serviços franceses que me puseram em ligação com os americanos.

EXP. — Esteve em Angola a fazer o quê?

B.D. — Enquadrei as tropas da UNITA. Nessa época, Savimbi devia fazer frente ao desembarque cubano e deparava com a retirada sul-africana. Os americanos pediram que os

sul-africanos se retirassem, e nós substituímo-los como técnicos, sob o controlo da CIA, para ensinarmos as tropas de Savimbi a manipular armamento moderno, como os Sam-7, as armas antitanque, etc.

EXP. — Estava baseado onde?

B.D. — Em Gago Coutinho [actual Lumbala, junto à fronteira leste com a Zâmbia], com 50 homens. Mas efectuámos intervenções noutras zonas, no Lobito, por exemplo, onde os cubanos acabavam de desembarcar. Actuávamos com pequenos grupos, e isso durou sete ou oito meses.

EXP. — Os sul-africanos tinham retirado para onde?

B.D. — Para a fronteira da Namíbia com Angola.

EXP. — Na altura, a UNITA já estava bem organizada militarmente?

B.D. — Ainda não, mas agora está e já não tem necessidade de mim e dos meus homens.

EXP. — Que género de operações fez em Angola?

B.D. — Sobretudo operações destinadas a impedir o avanço dos cubanos.

EXP. — Sabotagens?

B.D. — Sim, de pontes, sobretudo, para além de dar instrução aos homens de Savimbi.

EXP. — Atacavam também as forças angolanas, além das cubanas?

B.D. — Só as cubanas, mas muitas vezes enquadrando homens da UNITA.

EXP. — Havia outros mercenários?

B.D. — Não.

EXP. — O seu grupo era constituído por diversas nacionalidades?

B.D. — Essencialmente franceses e belgas.

EXP. — Tinha contactos directos com Savimbi?

B.D. — Sim. Tudo o que nos dizia respeito era tratado directamente com ele. A sua base também era, na época, em Gago Coutinho. Depois, quando se verificou a grande ofensiva cubana, retirámo-nos com a UNITA para junto da Namíbia.

EXP. — Foi a seguir que cessou as suas actividades em Angola?

B.D. — Sim. Creio que foram os sul-africanos que depois regressaram

Continua na pág. 10

«Em Angola fui pago pela CIA»

Continuação da pág. 9

e se envolveram cada vez mais ao lado de Savimbi até ao cessar-fogo.

EXP. — Vocês retiraram-se para onde?

B.D. — Primeiro para a Namíbia, depois passámos pelo Zaire e a seguir fomos para a África do Sul.

EXP. — Nessa época, em Angola, tinha contactos com portugueses?

B.D. — Nessa altura não. Na região onde estivemos não havia voluntários portugueses. Só tivemos contactos com alguns refugiados que fugiam para junto da fronteira com a Namíbia.

EXP. — Nunca teve contactos com a polícia política portuguesa, mesmo antes de 74/75?

B.D. — Não. Só tive contactos com eles no momento dos acontecimentos no Catanga. Quando saímos do Catanga, em 1963, foi a PIDE que tomou conta de nós. Eram nossos amigos e apoiaram-nos quando transitámos por Angola.

EXP. — No Catanga, foi uma operação contra Patrice Lumumba...

B.D. — Foi no momento das independências nos anos 60, e o Catanga fez uma secessão. Reinava a anarquia, e nós intervimos para levar a estabilidade ao Catanga, contra o parecer da ONU.

EXP. — Ultimamente, depois da sua saída das Comores e quando estava na África do Sul, antes de regressar a França, disse-se que Savimbi voltou a entrar em contacto consigo e até que você estava a combater de novo em Angola há poucos meses.

B.D. — Não é verdade. Eu estive estes últimos anos na África do Sul, com base num acordo entre o Governo de Pretória e o de Paris.

EXP. — Em Angola e nos outros países você sempre combateu de um lado: contra os comunistas.

B.D. — É verdade, toda a minha vida, desde a Indochina e da guerra do Vietname, combati o comunismo.

EXP. — Era pago como? Com diamantes, marfim?...

B.D. — Os nossos salários, em Angola, eram pagos pelos americanos, com conhecimento dos serviços franceses, que nessa época ajudavam também Savimbi por causa do comunismo e dos cubanos. Nunca tive, em lado nenhum, de andar a esgaravatar no chão para ser pago...

EXP. — Que pensa de Savimbi, como político e militar. É um bom político e um bom militar?

B.D. — Penso que o provou, porque ainda lá está hoje. Tinha um grande carisma. Nessa altura, tinha sempre à mão o Príncipe, de Maquiavel.

EXP. — Acredita que o futuro de Angola é a divisão do país em dois?

B.D. — Está de facto dividido, pelas armas. Angola, para nós, é um enigma. Não sei se se vai conseguir impor a divisão. Nenhuma das partes venceu no terreno e terá de se encontrar um compromisso na mesa das negociações. Vai ser difícil.

EXP. — Mesmo que os americanos deixem de apoiar Savimbi, acha que ele se pode manter?

B.D. — Será mais difícil, mas enquanto tiver a ajuda de Mobutu mantém-se.

EXP. — Se por exemplo Savimbi o chamasse de novo, aceitaria voltar para Angola?

B.D. — Hoje, ele não tem necessidade de mim. Os tempos também mudaram, depois do que aconteceu nas Comores e com tudo o que se passou em África — a instalação das democracias —, e o nosso combate já não pode ser pensado do mesmo modo.

EXP. — Continua a haver mercenários em diversas guerras...

B.D. — Onde?

EXP. — Em Angola, por exemplo, diz-se que há mercenários dos dois lados.

B.D. — Talvez, mas a situação já não é a mesma.

EXP. — Pensa que já passou a sua época?

B.D. — Acho que a época das grandes companhias está ultrapassada.

EXP. — O que quer dizer com «grandes companhias»?

B.D. — É quando há pessoas que combatem directamente, com uma unidade constituída.

EXP. — Já não tem o seu grupo?

B.D. — Não. Não há grupo nenhum neste momento.

EXP. — Não mantém contactos?

B.D. — Tenho amigos, evidentemente.

EXP. — Soldados?

B.D. — Mas pensa que está em preparação outra guerra? Acabou uma época, já não há inimigo. Até agora combatíamos contra o comunismo, mas com a queda do comunismo tudo mudou. Actualmente só se for um combate humanitário ou uma guerra económica. Mesmo em Angola, bem como em Moçambique, o que está a acontecer são os vestígios, os restos de uma época que está ligada à descolonização.

EXP. — Esteve também em Moçambique?

B.D. — Tive apenas contactos, porque a certa altura, quando estava nas Comores, o Presidente Samora Machel, que se dava bem com o Presidente Abdallah, tinha projectado a instalação de uma comunidade das

Comores no Norte do país, para povoar a região. Depois da morte de Machel voltou a falar-se disso com o Presidente Chissano.

EXP. — Quando voltou ao Zaire, em 65, foi para fazer mais um trabalho encomendado pelos serviços franceses?

B.D. — Tshombé tinha regressado, e nessa altura as minhas relações com os serviços franceses eram indirectas. Nunca fui empregado deles, nunca recebi um tostão dos serviços franceses. Havia trocas de informações, de papéis, e eles punham-me em contacto com as partes...

EXP. — Mas como é que se definiam as acções?

B.D. — Você faz uma má aproximação do problema, pensa que há o mau de um lado e o bom do outro. Quando eu me comprometia numa operação, primeiro pensava bem, via o que podia ser mudado, analisava que tipo de combate seria. Nunca me meti em coisas que eram contra as minhas ideias.

EXP. — Quer dizer que era você que propunha as acções?

B.D. — Chega um momento em que se ganha uma certa importância. Havia depois circunstâncias específicas, relações que se estabeleciam. Eu ganhei uma grande notoriedade. Nunca abandonei o navio quando ele se afundava, e certamente por isso faziam muitas vezes apelo aos meus serviços. E, digamos assim, nunca teria chegado tão longe se tivesse feito traulhices.

EXP. — Em Angola, quem lhe propôs o serviço?

B.D. — Foi dos serviços franceses que surgiu a ideia, e depois trabalhei para a CIA e Savimbi, como já lhe disse.

EXP. — A África do Sul não esteve em relação consigo em Angola?

B.D. — Não. Nas Comores sim, e no Biafra também. A França e a África do Sul tinham relações muito estreitas. As Forças Armadas sul-africanas foram fabricadas pela França, o estado-maior foi treinado pela França, os helicópteros, os vasos de guerra e os aviões de combate são franceses, a fábrica atómica de Captown foi feita por engenheiros franceses... Mesmo o socialismo não pôs fim a essa cooperação, pelo contrário. Nos negócios não há ideologias...

EXP. — Acha que o «apartheid» foi um erro?

B.D. — Os brancos sul-africanos cometeram um grave erro. Houve «apartheid» noutros países, mas não o institucionalizaram. Acho o actual processo inevitável.

Conversações de paz angolanas à beira da ruptura

Iminente o reconhecimento americano

O SECRETÁRIO de Estado norte-americano, Warren Christopher, disse ontem aos jornalistas que estava iminente o anúncio de uma decisão do Presidente Bill Clinton sobre o reconhecimento do Governo angolano.

Na sua edição de ontem, o diário "New York Times", citando fontes da Administração, revelou que Clinton havia decidido reconhecer Luanda, em virtude das reticências da UNITA em assinar um acordo de cessar-fogo em Abidjan.

A semana passada, um diplomata português havia já anunciado ao PÚBLICO a iminência da decisão de

Washington, assinalando que já haviam sido iniciadas as diligências para a abertura da embaixada em Luanda (ver PÚBLICO de 15 de Maio).

Os Estados Unidos tinham decidido protelar o reconhecimento diplomático de Luanda como forma de pressionar o Governo e a UNITA a negociarem a paz. No fim do ano passado, após as eleições angolanas e a reabertura das hostilidades, a Administração Bush condicionara esse acto à realização da segunda volta das presidenciais, o que pressuporia a normalização da vida política angolana.

Segundo um responsável da Administração, citado pelo "New York Times", Washington foi forçado a admitir que falhou na sua capacidade de convencer a UNITA de que lhe seria "mais vantajoso fazer parte do Governo [...] do que ser pária na mata".

Entretanto, em Abidjan, a ruptura das conversações de paz pode acontecer a qualquer momento, não havendo sinal de recuo de qualquer das delegações.

O secretário-geral da ONU, Butros-Ghali, confirmou o seu "ultimato" às duas partes angolanas, dando-lhe um prazo até amanhã

para encontrarem uma solução, anunciou na capital da Costa do Marfim, o porta-voz da ONU João Albuquerque. Aconteça o que acontecer, "com ou sem acordo", as negociações iniciadas em 12 de Abril sob mediação das Nações Unidas terminarão sexta-feira, disse.

Note-se que, domingo, Butros-Ghali havia intimado a UNITA a assinar o protocolo de Abidjan, que já tinha o acordo do Governo, mas Jonas Savimbi pediu uma semana para reflexão. E terça-feira, a UNITA apresentou uma nova proposta de alterações que a delegação governamental rejeita. ■

EUA reconhecem Governo angolano

PÚBLICO, 20 5 93

PRESIDENTE norte-americano, Bill Clinton, anunciou ontem o reconhecimento do Governo angolano pelos Estados Unidos, culminando uma história que se arrasta há mais de dez anos.

Numa breve declaração, antes de um encontro na Casa Branca com o arcebispo sul-africano Desmond Tutu, Clinton afirmou que a decisão de reconhecer o Governo de José Eduardo dos Santos reflectia "a alta prioridade que a Administração [americana] atribui à democracia". E acrescentou: "Espero que a UNITA aceite uma solução negociada e que seja parte do novo Governo. Quero trabalhar com o Governo de Angola e com a UNITA para conseguirmos uma democracia e paz duradouras em Angola."

O calendário para a forma-

lização das relações diplomáticas será estabelecido em próximos contactos bilaterais, admitindo-se que o primeiro embaixador americano em Luanda seja escolhido entre Edward DeJarnette, chefe da missão americana na CCPM, e Gerald Bender, tido como o principal obreiro do reconhecimento. Mas, numa primeira fase, caberá a DeJarnette assegurar a representação, disse ao PÚBLICO, em Washington, Francisco Cruz, diplomata da missão angolana.

Contactado ontem pelo PÚBLICO, o porta-voz do ministro português dos Negócios Estrangeiros afirmou ser esta "a tomada de posição que se esperava". "É uma posição natural e esperamos que o anúncio deste reconhecimento, e o modo como foi feito, represente um contributo

importante para que se alcance a paz", disse o porta-voz de Durão Barroso.

Fonte próxima do chefe de diplomacia portuguesa admitiu, entretanto, ter-se tratado de um "passo importante para não haver dúvidas quanto à posição americana". No mesmo sentido se pronunciara, em editorial, o "Washington Post" na sua edição de 18 de Janeiro: "Reconhecimento, após 17 anos, dissociaria os EUA de qualquer aparência de que estariam secretamente a apoiar Savimbi."

Para o delegado da UNITA em Lisboa, Adalberto Júnior, em declarações à SIC, o reconhecimento "não muda nada, dado que os EUA apoiaram fortemente a UNITA numa altura importante".

Em Abidjan, o chefe da dele-

gação da UNITA, Jorge Valentim, declarou à Agência Lusa que a posição dos EUA "é uma decisão soberana, mas vem envenenar o actual andamento das conversações". Para Jorge Valentim, uma das partes "está agora mais encorajada para manter uma posição inflexível".

O reconhecimento do Governo angolano foi sendo sucessivamente adiado desde a era Reagan. O secretário de Estado Alexander Haig exigiu no início dos anos 80 a saída dos cubanos e o seu sucessor George Schultz impôs como condição o fim da guerra civil. Já com Bush no poder, James Baker colocou a meta na assinatura dos acordos de paz e o seu subsecretário, Herman Cohen, fez depender o reconhecimento da certificação dos resultados das eleições pela ONU. O adjunto de Cohen, Jeffrey Davidow, anunciaria ainda mais um requisito: a realização da segunda volta das eleições presidenciais. ■

Soares lacónico quanto a Angola

PÚBLICO, 21 5 93

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA portuguesa, Mário Soares, foi ontem ao fim do dia particularmente lacónico quando comentou o reconhecimento pelos Estados Unidos das autoridades de Luanda: "Uma coisa boa, desde que contribua para a paz em Angola". (ver pág. 20). Soares, que recentemente prevenira de forma indirecta contra qualquer eventual precipitação no reconhecimento do Estado angolano por par-

te de Washington, nada mais aceitou dizer sobre o assunto quando foi abordado à entrada para uma exposição, na Sociedade Portuguesa de Autores.

Quanto ao porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros, declarou logo na véspera esperar que o anúncio do reconhecimento "represente um contributo importante para que se alcance a paz".

DEPUTADO ANGOLANO AGREDIDO — O deputado e secretário-geral do Partido Liberal Democrático (PLD), Carlos Simeão, disse ontem à Lusa ter sido "selvaticamente espancado" na semana passada, no interior da sua residência em Luanda. Simeão disse que eram três agressores, liderados por um oficial superior das extintas FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola). O militar terá exigido que o deputado deixasse a sua casa — onde anteriormente residia o ex-secretário-geral da UNITA, Adoloso Mango Alicerces —, reclamando para si a residência, por ser oficial da reserva. Carlos Simeão, cuja mulher, Anália Pereira, é a presidente do PLD e também deputada, disse à Lusa que apresentará um protesto junto do Presidente angolano, José Eduardo dos Santos.

PÚBLICO, 18 5 93

O ministro Durão Barroso admitiu ontem em Pequim, onde está de visita, que militares portugueses participem mesmo — confor-

me tem vindo a ser noticiado — num contingente da ONU a enviar para Angola, quando ali for possível decretar o cessar-fogo. ■

Depois do reconhecimento do Governo de Angola pelos EUA

UNITA pede mais dois dias em Abidjan

PÚBLICO, 21 5 93

Jorge Heitor

Um dia depois do reconhecimento das autoridades angolanas pelos EUA, a expectativa mantinha-se em Abidjan, com Margaret Anstee em esforços de última hora para tentar ainda salvar o que for possível aproveitar dos árduos esforços para a paz que em estado a ser feitos naquela cidade da Costa do Marfim.

Nada de substancialmente novo foi assinalado nas primeiras 24 horas de reacções internacionais ao reconhecimento da República de Angola pelos Estados Unidos, 17 anos e meio depois da sua proclamação e sete meses após o conhecimento dos resultados das primeiras eleições multipartidárias que se efectuaram naquele país.

"The Washington Post" lembrou que, durante os oito anos da Presidência de Ronald Reagan, na década passada, a UNITA era, ao lado dos "contras" da Nicarágua e da guerrilha anti-comunista do Afeganistão, um dos três pilares da resistência universal ao "expansionismo soviético". E que só o apoio financeiro e militar aos homens de Savimbi é que lhes permitiu colocarem em xeque o Governo de Luanda.

A atitude quarta-feira tomada pelo Presidente Bill Clinton, cerca de quatro meses após a sua entrada na Casa Branca, surge assim como o fracasso do terceiro pilar da doutrina de Reagan: os "contras" conseguiram derrotar os sandinistas e os "mujahidinnes" expulsaram os comunistas de Cabul; mas a UNITA (por enquanto) não está em condições de vencer nas urnas e de se instalar em Luanda como poder.

Ainda segundo "The Washington Post", Clinton "deu mais um grande passo no sentido de afastar os Estados Unidos das atitudes da Guerra Fria, que durante décadas mol-

daram a política externa norte-americana". Ou seja, foi muito mais um ponto de viragem na política de Washington do que propriamente, a curto prazo, uma séria viragem no que está a acontecer em Angola.

O "Los Angeles Times" contribui para esta leitura quando diz que o reconhecimento de Angola foi "um passo calculado para agradar ao eleitorado negro" dos Estados Unidos, pois que os congressistas negros e diversas organizações afro-americanas vinham desde há meses a pedir o estabelecimento de relações diplomáticas normais com Angola.

O MPLA venceu as legislativas de Setembro de 1992 com 53,74 por cento dos votos, face aos 34,1 da UNITA, uma margem de 19 por cento que não deixava lugar a muitas dúvidas. Se bem que nas presidenciais a diferença entre José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi já tenha sido razoavelmente menor, obrigando à necessidade de uma segunda volta. Que ninguém sabe ainda dizer quando é que se poderá concretizar.

Isolamento

Em serviço datado de Harare, no Zimbábue, a agência noticiosa France Presse diz o óbvio: "O reconhecimento de Angola pela administração norte-americana consagra o isolamento político e militar da UNITA na cena internacional, na altura em que as conversações de Abidjan oscilam à beira da ruptura".

A ameaça de ruptura dos contactos em curso na Costa do Marfim já é notícia velha há pelo menos oito dias, mas mesmo

assim ontem à noite ainda não se tinha concretizado, podendo faltar perto de uma semana até Margaret Anstee ir forçosamente junto do secretário-geral das Nações Unidas e dizer-lhe o que é que afinal conseguiu ou não em Abidjan.

A meio da tarde a senhora Anstee, que preside aos trabalhos na Costa do Marfim, anunciou que os observadores deste processo — que são os Estados Unidos, Portugal e a Rússia — vão "reflectir numa possível reformulação" do projecto de documento final a sair de seis semanas de presença em Abidjan, "a fim de se tentar desbloquear as negociações".

Quer dizer, a tomada de posição de Bill Clinton não foi forçosamente o golpe final nesta arrastada fase de contactos; antes mais um empurrão na UNITA para que se mostre maleável e consiga chegar a um compromisso com o MPLA, nas últimas semanas um pouco mais astuto do que o tem sido em certas ocasiões do passado.

As Nações Unidas diziam há dois dias que os trabalhos deveriam impreterivelmente terminar hoje, sexta-feira; mas como diplomacia ninguém se admiraria se todas as partes ainda continuassem na Costa do Marfim durante o fim de semana: "Vamos ver — explicou Anstee — se, alterando a formulação do ponto 11 do memorando de explicação do protocolo de acordo, será possível" ajustar as posições de uma e outra parte.

Até ao lavar dos pratos é vinilima e ninguém quer dar por definitivamente enterrado este longo período de Abidjan enquanto delegados de Luanda e do Huam-

bo não tomarem o avião de volta às suas terras, as duas "capitais" com que Angola actualmente se debate, nestes tempos de guerra quase imparável.

Anstee ambígua

O secretário da UNITA para a Informação, Jorge Valentim, que tem estado a coordenar a representação do seu partido nas conversações iniciadas a 12 de Abril, defendeu ontem a necessidade de se ficar mais dois ou três dias na Costa do Marfim, pois "ninguém quer sair sem um acordo de paz". E a britânica Margaret Anstee limitou-se a acrescentar: "Vamos a ver..."

Quanto ao diplomata português António Monteiro, que depois de um intenso ano na África deverá vir em breve para altas funções no Palácio das Necessidades, "é natural que a UNITA queira ver contempladas algumas das suas posições", mas isso só poderá ser feito no respeito pelas resoluções 804 e 811 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Para a UNITA, o que continua em jogo é a forma como há de desistir do controlo militar de pelo menos metade de Angola, sem que a ausência — por enquanto — dos esperados 15.000 "capacetes azuis" leve as estruturas do MPLA a serem prepotentes e a perseguirem todos aqueles que delas normalmente discordam. E se acerca disso não se conseguir chegar a um compromisso honroso, é de temer uma intensificação da guerra, que nesta fase pós-eleições já teria causado mais de 20.000 mortos. ■

Prioridade à democracia

É o seguinte o texto da declaração feita na quarta-feira pelo Presidente Clinton:

"Tenho o prazer de anunciar que os Estados Unidos reconhecem o Governo de Angola. Esta decisão reflecte a alta prioridade que a nossa Administração atribui à Democracia.

"Em 1992, depois de anos de uma guerra civil amarga, o povo de Angola realizou eleições multipartidárias, que os Estados Unidos, Nações Unidas e outros países consideraram livres e justas.

"Quando tomei posse, em 20 de Janeiro, tentei usar a possibilidade dum reconhecimento dos Estados Unidos como pressão para promover o fim da guerra civil e das hostilidades, com o objectivo de obter a participação no Governo de Angola de todos os grupos políticos relevantes.

"Infelizmente, o partido que perdeu as eleições, a UNITA, retomou os confrontos, ainda

mesmo antes de o processo eleitoral ter sido concluído, e recusa agora assinar o acordo de paz que se encontra sobre a mesa.

"O Governo angolano, pelo contrário, concordou assinar o acordo e comprometeu-se perante a Assembleia Nacional democraticamente eleita a aceitar a participação da UNITA em todos os níveis do Governo.

"Hoje reconhecemos esses esforços ao reconhecermos o Governo de Angola.

"Espero que a UNITA aceite um acordo negociado e faça parte deste Governo. Tenciono continuar a trabalhar com o Governo de Angola e com a UNITA para conseguir um acordo de paz duradouro e uma vibrante democracia naquele país.

"Espero que os esforços dos Estados Unidos tenham ajudado. Estou certo de que o Governo angolano mereceu soberanamente o reconhecimento dos Estados Unidos." ■

O reconhecimento americano do governo de Luanda altera as relações de forças em Angola

TRUNFO

no baralho angolano

Tony Jenkins, correspondente em NEW YORK

PÚBLICO, 22 5 93

A DECISÃO da Administração Clinton em reconhecer finalmente o Governo de José Eduardo dos Santos surge num momento em que se assiste a uma surpreendente actividade e a um renovado interesse americano pela África subsariana.

Os sinais são visíveis. Primeiro, foi o próprio Clinton quem anunciou a decisão na quarta-feira. Iniciativa invulgar num Presidente empenhado em convencer o povo americano da sua preocupação com a política interna e que tem deixado ao seu secretário de Estado, Warren Christopher, a tarefa de divulgar as medidas de política externa. Para além disso, a decisão veio no seguimento de um debate no poderoso Conselho Nacional de Segurança.

O anúncio surgiu durante uma reunião com o arcebispo sul-africano Desmond Tutu. Pouco depois, um comunicado revelou que o Presidente da Namíbia, Sam Nujoma, será recebido na Casa Branca a 16 de Junho, tornando-se no primeiro Chefe de Estado desta área a ser ali recebido desde que Clinton iniciou o mandato.

Na semana passada, o Departamento de Estado organizou uma reunião tripartida com responsáveis franceses e belgas a fim de estudar uma solução para a situação no Zaire. Ao mesmo tempo, a Administração mostrou-se disposta a enviar observadores às conversações de paz sudanesas em Abouja. Clinton decidiu tomar a iniciativa — sem precedentes — de deixar, sob comando estrangeiro, cinco mil soldados americanos na Somália, fazendo parte de uma força de manutenção da paz da ONU; e os americanos consideram ainda a hipótese de contribuir com tropas para a Unomoz, a força de manutenção da paz em Moçambique.

«Um lugar muito especial»

Há duas semanas, Tony Lake, o Conselheiro Nacional de Segurança, escolheu África como tema do seu primeiro discurso público. «Não foi

uma escolha accidental», disse. «África ocupa um lugar muito especial no meu trabalho e nos meus sentimentos». E, para ilustrar o nível de interesse nos altos círculos governamentais, Lake lembrou que Clinton comentara recentemente «como estava impressionado pelo passado em direcção à democracia, tanto no Mali como no Lesotho». (Não seria arriscado apostar que Ronald Reagan nunca teria sequer ouvido falar de tais lugares!)

Neste fim-de-semana, Warren Christopher fará um discurso no Instituto Afro-Americano de Washington. Dois jovens funcionários do Departamento de Estado queixaram-se ao EXPRESSO de que nunca tinham trabalhado tanto. «Ficamos aqui até altas horas da noite, é uma loucura», disse um deles, «nunca vi tantos altos responsáveis da Administração mostrarem tanto interesse por África».

Na verdade, África tem sido sempre um continente que atraiu menos as atenções dos EUA do que outras regiões do mundo. Os americanos têm deixado para as antigas potências coloniais europeias,

como Portugal, a França e a Grã-Bretanha, o papel de liderança. Mas, na quinta-feira, uma fonte do Departamento de Estado disse ao EXPRESSO que «se está a fazer um esforço para mostrar que África merece agora mais atenção, certamente mais do que durante a Administração Bush». De facto, Tony Lake prometeu um relacionamento «inteiramente novo» entre Washington e o continente negro.

As razões são diversas. Primeiro, sendo politicamente progressistas, os seguidores de Clinton têm certamente uma preocupação mais idealista, que ultrapassa os estreitos interesses nacionais de segurança da política republicana; por outras palavras, eles querem ajudar os pobres do Terceiro Mundo. Para isso, Lake afirma que «a Administração está a analisar com o Congresso a hipótese de se juntar a outras nações credoras do Clube de Paris, com o objectivo de reduzir a dívida externa dos países mais pobres» de África.

Uma outra razão reside nas queixas dos membros negros do Congresso de que esta pouca atenção se devia, em parte,

ao racismo; ao mostrar que tal não sucede agora, Clinton ajudará a consolidar o apoio destes políticos.

Mas há também interesses de segurança em jogo. «O Presidente disse que quer ajudar as jovens democracias», acrescentou a mesma fonte, «é óbvio que isso também nos serve. Talvez com uma diplomacia preventiva se possa contribuir para evitar crises como a da Bósnia, que se tornou uma dor de cabeça para todo o mundo. Somos a maior potência mundial e temos essa responsabilidade. Mas há também factores estratégicos: dentro de 10 ou 20 anos, poderemos colher frutos económicos e comerciais de um mercado democrático e aberto em África e manter com ele relações estreitas».

Entre outras iniciativas, o Governo dos EUA está também a estudar a reestruturação dos programas de assistência externa para compensar as nações que se comprometam numa via democrática e a ajudar os países africanos na adesão às instituições económicas internacionais, como o GATT, tendo em vista o estabelecimento de economias de mercado. Pela primeira vez em mais de dez anos, está em curso um investimento de 70 milhões de dólares em projectos ambientais e programas de controlo da natalidade. Acima de tudo, segundo Lake, a Administração pretende desenvolver os «instrumentos de mediação e diplomacia preventiva» para criar uma «atitude mais activa em nações que são desastres potenciais».

‘Segunda independência’ em Luanda

CONSUMADO o reconhecimento do Governo de Angola pelos Estados Unidos — que nalguns meios suscitou um entusiasmo tão grande que se julgava estar diante de festejos de uma segunda independência em miniatura —, Luanda espera agora que a Administração norte-americana endureça as suas posições face à UNITA, de modo a «repôr nos carris o processo de paz angolano», segundo a expressão de um diplomata angolano.

«O mínimo que esperamos é que, a partir de agora, o Governo e a UNITA tenham, para os americanos, um tratamento completamente diferente, decorrente da legitimidade que o primeiro conquistou nas urnas e da ilegalidade em que o segundo mergulhou ao recorrer às armas», disse ao EXPRESSO uma fonte da Presidência da República.

Em Luanda, o discurso do Presidente Clinton, transmitido em directo pelas rádios e que o oficial «Jornal de Angola» publicou na íntegra, foi saudado, em diversos locais públicos e privados, com champanhe.

Este entusiasmo contrastava, porém, com a «frieza» manifestada em alguns círculos oficiais. Uma fonte governamental disse ao EXPRESSO que o reconhecimento americano constitui «a

rectificação de um grave erro da história que, se tivesse sido assumido logo após as eleições, muito provavelmente Angola não teria mergulhado novamente na guerra». Alguns dirigentes do MPLA preferem, à cautela, esperar para ver, exortando a uma maior «vigilância e prontidão combativa» das Forças Armadas.

O sentimento dominante é, porém, de satisfação, havendo quem, como o vice-ministro das Relações Exteriores, Jorge Chicoty, acredite que a decisão da Administração Clinton venha não só a «limitar» o espaço de manobra da UNITA, como a determinar um maior envolvimento dos americanos no processo de reconstrução do país e no apoio à consolidação das instituições democráticas e à liberalização do seu sistema económico.

Neste sentido, a presença em Libreville, na próxima semana, na II Cimeira Afro-Americana, do Presidente José Eduardo dos Santos — na qual que será a sua primeira deslocação ao estrangeiro depois das eleições de Setembro — servirá também para «aproximar» desde já as «posições (de Angola) dos interesses dos homens de negócios dos Estados Unidos presentes na capital gabonesa».

Gustavo Costa

Malogro ao quadragésimo dia das negociações de Abidjan

A guerra vai continuar em Angola

PÚBLICO, 22 5 93

O DIA de hoje é de luto para o povo angolano, pois os seus representantes, durante seis semanas reunidos em Abidjan, foram incapazes de chegar a qualquer espécie de entendimento para que a guerra acabasse.

Eram 21h30 de ontem em Lisboa quando a representante especial do secretário-geral das Nações Unidas, Margaret Anstee, anunciou naquela cidade da Costa do Marfim — ao fim de 40 dias de trabalhos — que suspenso as negociações, por não haver sido possível chegar a lado nenhum.

"Desgraçadamente, chegamos ao fim destas conversações sem uma solução de paz. E como estávamos aqui há já seis semanas, não tive outro remédio senão pedir a interrupção", afirmou a diplomata britânica, que logo acrescentou: "Isto é tão trágico que num espaço breve o diálogo deve ser reatado, pois essa é a esperança que ainda resta."

As delegações que há 40 dias estavam reunidas em Abidjan, na Coe-

ta do Marfim, ainda tinham dado ao fim da tarde a esperança de uma pálida luz verde para a paz em Angola, ao admitirem que poderiam rubricar um "memorando de entendimento" que deixasse o caminho aberto para que no próximo mês se restaurasse o cessar-fogo violado após as eleições presidenciais e legislativas do ano passado.

Pelas 19h00 de Lisboa a estação de rádio TSF e a agência noticiosa Lusa haviam dado as primeiras informações sobre a eventualidade de o protocolo das conversações ser ontem mesmo rubricado, depois de a UNITA ter apresentado uma nova proposta de alteração ao ponto 11 do documento. Sobre a retirada daquele partido do controlo militar de metade do país, desde que o Governo desmantelasse a polícia antinotim (ninjas) e acantonasse também os executores militares que alegadamente t.m nas Forças Armadas.

Uma hora depois, porém, o general Higinio Carneiro dizia à Lusa que o Governo continuava a não aceitar "alterações que ferissem os princípios políticos estabelecidos no documento dos observadores". Era, aparentemente, o gorar das expectativas dos optimistas. E às 21h38 de Lisboa a agência France Presse distribuía um inequívoco "Bulletin Echec".

Se o entendimento tivesse prevalecido, a representante especial em Angola do secretário-geral das Nações Unidas, a britânica Margaret Anstee, iria agora a Nova Iorque informar Butros Butros-Ghali dos termos exactos do acordo. Mas assim vai é comunicar-lhe o malogro da reunião.

Com base nas indicações que lhe der é que o secretário-geral recomendará depois ao Conselho de Segurança da ONU quais as medidas a aplicar em relação a Angola, medidas essas que poderão incluir sanções contra a

UNITA, em princípio considerada o principal responsável pelo malogro, pois que não aceitou perder sem condições o controlo militar das cidades e vilas ocupadas.

Resta agora ver se o consenso das Nações Unidas e dos países que mais apoiam nesta ciclópica tarefa anglo-lusa (Portugal, Estados Unidos e Rússia) é mesmo no sentido de isolar ainda mais a UNITA; ou se quererão dar às duas partes beligerantes mais uma oportunidade, depois de uma pausa de algumas semanas para reflexão sobre a carnificina que se está a verificar e que ainda esta semana incluiu 46 mortos na cidade de Luena, devido a um alegado ataque dos homens de Savimbi.

Entretanto, como dizia ontem ao PÚBLICO o secretário-geral do Fórum Democrático Angolano (pequeno partido constituído à base de dissidentes da UNITA), Manuel Domingos, a sociedade civil do país gostaria que todos compreendessem que "não há futuro para os militares", e que tanto os seguidores de José Eduardo dos Santos como os de Jonas Malheiro Savimbi deverão enterrar de vez o machado de uma guerra que já vai longa demais. ■ J.H.

Angola em crise

Bipolarização é obstáculo

PÚBLICO, 24 5 93

MANUEL dos Santos Lima, figura histórica do nacionalismo angolano, afirmou ontem ao PÚBLICO estar pessimista quanto ao futuro imediato do seu país, pois a bipolarização apadrinhada pelos acordos de Bicesse está a ser profundamente nefasta para um povo dilacerado pela guerra.

Aquele catadrático de 57 anos, natural do Bié, no fatídico Planalto Central, afirmou-nos não acreditar que delegações do MPLA e da UNITA se voltem a sentar à mesa nas semanas mais próximas, pelo que decerto entretanto a guerra se intensificará.

Para o responsável pelo Movimento de Unidade Democrática Angolana para a Reconstrução (MUDAR), como aliás para outros políticos seus compatriotas, a solução para Angola está no desenvolvimento das chamadas "terceiras forças", na perspectiva de que nada se avançará enquanto todo o

protagonismo continuar a recair no MPLA e na UNITA.

Em Portugal ainda não se percebeu que os angolanos continuam a morrer, enquanto se vai assistindo a uma série de reuniões falhadas — comentou Manuel Lima, numa altura em que se está à espera que o secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, decida qual o próximo passo a dar no caso de Angola, onde nos últimos sete meses a guerra já vitimou mais de 20 000 pessoas.

"O calcanhar de Aquiles da nossa pátria continua a ser a bipolarização" — acentuou aquele antigo dissidente do MPLA, em opinião coincidente com a de um homem que voltou costas à UNITA, Manuel Domingos, hoje secretário-geral do Fórum Democrático Angolano (FDA).

Lugar aos novos

"O Ocidente tem que aceitar para Angola uma nova ge-

ração política" — afirmou-nos Domingos, que na semana passada esteve em Portugal a pedir às autoridades e ao empresariado que ajudem a sociedade civil do seu país a ganhar expressão.

O problema é que nenhuma das "terceiras forças" concorrentes às eleições legislativas de Setembro do ano passado foi capaz de chegar sequer aos três por cento dos votos, entrincheirado que está o grosso da população na velha dualidade MPLA-UNITA. E só a médio prazo é que eventualmente será possível modificar um pouco a lógica que tem prevalecido desde a proclamação da independência, em 11 de Novembro de 1975.

Ainda ontem houve conhecimento de um escândalo envolvendo uma das pequenas formações surgidas nos últimos anos: Bengui Pedro João, que nas presidenciais obteve 0,97 por cento dos votos, foi afastado

do da liderança do Partido Social-Democrata — sob a acusação de desvio de fundos — e substituído pelo ginecologista José Manuel Miguel.

Entretanto, a UNITA vai dizendo que é a favor de um "rápido recomeço" das conversações de paz, esperando voltar a Abidjan "dentro de duas a três semanas". Mas não quer abandonar o controlo do Huambo e das demais cidades e vilas conquistadas desde que o processo de normalização da vida em Angola descambou, no fim de Outubro do ano passado.

Por seu turno, o Governo de Luanda responde que só volta a negociar depois de o seu adversário dar garantias de que aceita desistir de tal controlo, sob verificação das Nações Unidas; e com a promessa de que as Forças Armadas criadas pelos acordos de Bicesse respeitarão uma paragem das hostilidades.

Luanda espera obter mais um triunfo internacional no dia 6 de Junho: o ministro dos Negócios Estrangeiros, Venâncio de Moura, reuniu-se em Windhoek com o seu homólogo sul-africano, "Biko" Botha, e poderá ouvir dele o reconhecimento do Governo angolano por Pretória. ■ Jorge Heitor

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos - CEEA, do Conjunto Universitário Cândido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Riquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto; Composição: Gicélia da Conceição e Sônia Maria; Arte-Final: Williams Neto. - Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução/Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. - Tel. (021)531-2636 e 531-2000/R. 259, Fax (021)531-2155 - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250,00; Instituições nacionais: US\$ 200,00; Pesquisadores: US\$ 100,00 (Dólar comercial) - We ask exchange.

IMPRESSO